

Recife tem a segunda maior colônia palestina do Brasil

Vivem na capital de Pernambuco hoje cerca de 5 mil palestinos e seus descendentes. Apesar disso, a história dessa comunidade ainda é praticamente desconhecida no país.

inácio frança

Inácio França

Recife – A presença árabe no Brasil é associada, geralmente, aos milhões de sírios e libaneses que vivem em São Paulo e, mais recentemente, aos palestinos que se estabeleceram na cidade paranaense de Foz do Iguaçu. O Recife (PE), porém, abriga a segunda maior colônia palestina em território brasileiro e, apesar disso, a história dessa comunidade ainda é praticamente desconhecida no país.

Embora sejam numerosos e bem articulados, os 5 mil palestinos e seus descendentes que vivem na capital de Pernambuco são discretos. A integração com os nordestinos aconteceu de maneira tão completa que sobrenomes como Asfora, Hazin, Chamie e Dueire passam despercebidos no cotidiano dos recifenses.

Para comemorar o 100.^o aniversário da chegada dos primeiros imigrantes palestinos ao Recife, a comunidade está preparando uma festa que deverá ocorrer em meados de janeiro. Segundo João Sales Asfora, o jornalista e ex-caixeiro-viajante que se tornou o historiador oficial da colônia, os primeiros árabes chegaram à região em 1903. “Não existem estatísticas confiáveis, mas todos os palestinos do Brasil consideram que a comunidade recifense é a segunda maior população palestina no país”, informa.

A festa deveria ocorrer no dia 15 de novembro, data que a Assembléia Legislativa de Pernambuco definiu como o Dia da Imigração Palestina. “Não pudemos fazer na época adequada por dificuldades operacionais. Vamos fazer em janeiro, pois muita gente está de férias e poderá ajudar na organização do evento”, explicou Alberto Asfora, presidente do Centro Cultural Palestino-Brasileiro. Em dezembro, a comemoração foi limitada ao festival de cozinha árabe promovido pelo restaurante Nassau sob supervisão de um dos representantes da colônia, Hissa Mussa Hazin.

Segundo João Sales Asfora, a presença dos palestinos no Nordeste brasileiro está diretamente ligada às viagens do imperador Dom Pedro II ao Oriente Médio e Norte da África, em 1871 e 1877. “Como o soberano prometeu que os imigrantes seriam bem recebidos, nossos avós e bisavós passaram a juntar dinheiro enviando artesanato para ser vendido na Itália. As peças artesanais da terra de Jesus Cristo tinham algum valor na Europa”, explicou João Asfora.

Na época, os turcos do decadente Império Otomano dominavam o Oriente Médio e impediam o acesso dos jovens palestinos à educação formal. Daí, a migração para o Brasil se tornava uma possibilidade mais promissora do que viver sem trabalho sob o domínio turco.

Tropeiros “turcos”

Sob as bençãos do imperador e, em seguida, a tolerância dos marechais republicanos, os primeiros árabes se instalaram nas cidades de Fortaleza e de Parnaíba, no Piauí. Sem escolaridade e com total desconhecimento do idioma, só o comércio oferecia oportunidade de trabalho. Logo, os tropeiros “turcos” – como passaram a ser conhecidos por conta do passaporte emitido pelo Império Otomano –, se tornaram personagens comuns no interior do Nordeste.

“Meu pai carregava mercadorias, principalmente tecidos e objetos de armarinho, em lombo de burro. Eram dezenas de animais carregados fazendo o caminho de ida-e-volta de Fortaleza ao Maranhão”, recorda o cronista João. A violência das estradas sertanejas e a prosperidade da capital de Pernambuco, que no mapa político e econômico do início do século 20 só perdia em importância para a capital do país, Rio de Janeiro, levou os palestinos a uma nova migração. “O patriarca da família Hazin, por exemplo, saiu do Piauí para se casar com Hilue Sarah na Palestina e voltou direto para morar aqui no Recife”, conta João, autor do livro “Palestinos – A saga dos descendentes”.

Durante as três primeiras décadas do século passado, os palestinos ocuparam dezenas de pequenas lojas no bairro de São José, centro do Recife. O mercado municipal do bairro – que até hoje é o maior mercado público da cidade –, se tornou ponto de encontro da colônia. O lugar era uma espécie de shopping center da época, local preferido da elite local para compras de carretéis de linha, cosméticos, tecidos, temperos sofisticados, bijuterias ou perfumes.

Nas décadas seguintes, o comércio deixou de ser a única atividade dos palestinos. Com o dinheiro gerado pelas lojas, praticamente todos os comerciantes investiram na educação dos filhos, que logo se integraram à vida da capital na condição de médicos, advogados ou professores. “Além disso, a fé cristã também facilitou a integração. A maioria dos imigrantes da primeira geração era cristã ortodoxa, mas todos se adaptaram ao culto católico e se converteram sem problemas”, explica João Asfora.

Resgate das raízes

Durante quase 40 anos, a integração acabou se tornando sinônimo de dispersão. A indiferença dos mais jovens às notícias do acirramento da questão palestina, no início dos anos 1980, preocupou os representantes mais velhos da colônia.

“Era preciso resgatar nossa identidade cultural, nossas raízes históricas. A nova geração precisava saber que tudo aquilo que se passava na TV nos dizia respeito. Por isso, o Centro Cultural Palestino foi criado”, recorda Alberto Asfora, atual presidente da entidade.

Durante quatro anos, a entidade publicou um boletim mensal, contando inclusive com a colaboração de jornalistas judeus. Depois, o jornal foi substituído por palestras e intercâmbio com os palestinos de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul, Goiás e Rio Grande do Norte.

Representante da nova geração da colônia, o diretor de comunicação da entidade, o jornalista André Frej Haziner, explica que a comunidade está ocupando os espaços já existentes nas páginas de opinião dos jornais locais. “Estamos tentando nos comunicar com a sociedade de forma ampla, tentamos registrar o ponto de vista dos árabes pernambucanos nas questões internacionais”, revela Haziner.

<http://www.anba.com.br/>

www.inovsi.com.br